

Distribuição geográfica da pobreza multidimensional em Santa Catarina: um olhar a partir da formação histórica e econômica e da complexidade da estrutura produtiva

Geographical distribution of multidimensional poverty in Santa Catarina: a look from the historical and economic formation and the complexity of the productive structure

Mayara da Mata Moraes*

UFSC, Brasil

mayara.m.moraes@grad.ufsc.br

Solange Regina Marin*

UFSC, Brasil

solange.marin@ufsc.br

Resumo. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) calculado por Moraes, Marin e Vieira (2018) para os municípios de Santa Catarina nos anos de 2000 e 2010 mostrou que a situação de maior privação se encontra nas mesorregiões Oeste, Serrana e parte da mesorregião Norte e de menor privação na parte leste do estado, o que inclui as mesorregiões da Grande Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Sul e parte da mesorregião Norte. Além disso, parece existir duas Santas Catarinas: uma moderna e industrializada, e a outra retraída e calcada nas atividades agropecuárias. O objetivo desse artigo é buscar na história da formação econômica de Santa Catarina e na abordagem da complexidade da estrutura produtiva aspectos que esclarecem as razões da presença dessas duas situações contrastantes de incidência de pobreza. Em um primeiro momento, é possível conjecturar que a forma de colonização e a chegada de imigrantes de diferentes nacionalidades e experiências, e a complexidade da economia encontrada em cada região contribuíram para a construção do quadro geral da pobreza multidimensional, apesar de haver algumas exceções como o caso da mesorregião da Grande Florianópolis.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional. Santa Catarina; colonização. Complexidade econômica.

Abstract. The Multidimensional Poverty Index (MPI) calculated by Moraes, Marin, and Vieira (2018) for the municipalities of Santa Catarina in the years 2000 and 2010 showed that the situation of greater deprivation is found in the mesoregions West, Serrana, and part of the mesoregion North, and of lesser deprivation in the eastern part of the state, which includes the mesoregions of Greater Florianopolis, Vale do Itajaí, South, and part of the mesoregion North. Furthermore, there seem to be two Santa Catarinas: one modern and industrialized, and the other retracted and based on agricultural activities. The objective of this article is to search in the history of the economic formation of Santa Catarina and in the approach to the complexity of the productive structure, aspects that clarify the reasons for the presence of these two contrasting situations of poverty incidence. In a first moment, it is possible to conjecture that the way of colonization and the arrival of immigrants of different nationalities and experiences, and the complexity of the economy found in each region contributed to the construction of the general picture of multidimensional poverty, although there are some exceptions such as the case of the mesoregion of Greater Florianopolis.

Keywords: Multidimensional poverty. Santa Catarina; colonization. Economic complexity.

* Universidade Federal de Santa Catarina, Rua Eng. Agr. Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade, Florianópolis, 88040-900, SC, Brasil.

Introdução

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), divulgado primeiramente no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 e baseado no trabalho de Alkire e Santos (2009), tem como base teórica a Abordagem das Capacitações (AC) de Sen (2000, 2001). Essa abordagem entende a pobreza como privação de capacidades básicas no sentido de privação de um conjunto de atributos como, por exemplo, educação, saúde e condições adequadas de moradia, que fazem com que as pessoas não tenham capacidade de escolher a vida que desejariam perseguir e que, em consequência, delimitariam sua liberdade de escolha.

A questão que permeia o presente artigo é se existe a possibilidade de relacionar aspectos da formação histórica e econômica de Santa Catarina aliada à perspectiva da abordagem da complexidade econômica com a distribuição geográfica da pobreza multidimensional no Estado.

Para a apresentação da pobreza multidimensional em Santa Catarina, a referência é Moraes, Marin e Vieira (2018) que calcularam, por meio dos microdados dos Censos de 2000 e 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pobreza multidimensional para os municípios catarinenses com o Método Alkire-Foster (ALKIRE; FOSTER, 2009). Na questão de cunho histórico, foram seguidos os passos de Cunha (1982, 1992) e de Goularti Filho (2016) para resgatar a trajetória catarinense desde 1746 até o período pós-1990. Para a análise da complexidade, destaca-se as contribuições de Hausmann e Hidalgo (2009) e Hidalgo et al (2013) que estudam a relação entre a estrutura produtiva de uma economia com sua riqueza e prosperidade. Esse caminho é traçado para avaliar os condicionantes que explicam as maiores e as menores incidências de pobreza multidimensional no estado nos anos de 2000 e 2010. Os dados de comércio exterior bem como de complexidade econômica são da Agência de

Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI) e do Observatório de Complexidade Econômica do MIT Media Lab do Massachusetts Institute of Technology.

Além dessa introdução, o artigo é composto de três partes. Na seção seguinte, é apresentada uma discussão sobre pobreza multidimensional, Abordagem das Capacitações (AC) e os resultados de Moraes, Marin, Vieira (2018). Posteriormente, é apresentada a formação histórica e econômica de Santa Catarina. Em seguida, é tratada a abordagem da complexidade econômica com foco em Santa Catarina e suas mesorregiões, definidas pelo IBGE (1990). A seção final apresenta considerações sobre alguns aspectos da formação histórica e econômica, a complexidade da estrutura produtiva e a pobreza multidimensional catarinense nos anos de 2000 e 2010.

Pobreza multidimensional em Santa Catarina

A análise da pobreza de qualquer região demanda a utilização de determinada base teórico-metodológica. A forma mais comum de mensuração da pobreza divulgada por instituições internacionais como o Banco Mundial e pelos próprios governos nacionais, como era o caso do Programa Bolsa Família^{1,2}, no Brasil, é mediante a renda monetária.

A partir do surgimento da AC para o estudo do bem-estar e problemas correlatos, desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen na área da Economia e por Martha Nussbaum na área da Filosofia Política, a pobreza passa a ser entendida como privação em diferentes dimensões da vida das pessoas e não somente na renda monetária. Essa abordagem é sustentada por dois conceitos chave: funcionamentos e capacidades. Para Sen (2001, p.79), os funcionamentos representam “estados” e “ações”; são as atividades relacionadas ao fazer ou ao funcionar de uma pessoa que podem variar de situações mais simplórias como ser capaz de ler, escrever, estar bem nutrido e livre de

¹ Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2019), o Programa Bolsa Família atende famílias que se encontram em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Assim, para fazer parte do programa, devem-se atender os seguintes critérios: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais, ou famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

² Em outubro de 2021, o Programa Bolsa Família, criado em 2003, chegou ao fim. A Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, criou um novo programa social, chamado Auxílio Brasil. A primeira parcela desse novo programa começou a ser paga em novembro de 2021 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

doenças até situações mais complexas como ser feliz e ter respeito próprio. As capacitações, por outro lado, representam um conjunto de vetores de funcionamentos, ou seja, inúmeras combinações de funcionamentos, que refletem “a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro” e dependem de vários fatores inclusive características pessoais e combinações sociais (SEN, 2001, p. 79-80). Alicerçado no conceito de funcionamentos, o conjunto capacitário espelha a liberdade do indivíduo para escolher qual tipo de vida deseja perseguir; significa que a pobreza corresponderia a privação dessas capacitações básicas.

Esse entendimento mais amplo sobre bem-estar resultou, primeiramente, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1990. O IDH é calculado com base em três dimensões, a saber, saúde, educação e padrões de vida, e por quatro indicadores, esperança de vida à nascença, média dos anos de escolaridade, anos de escolaridade esperados e rendimento nacional bruto per capita (PNUD, 1990).

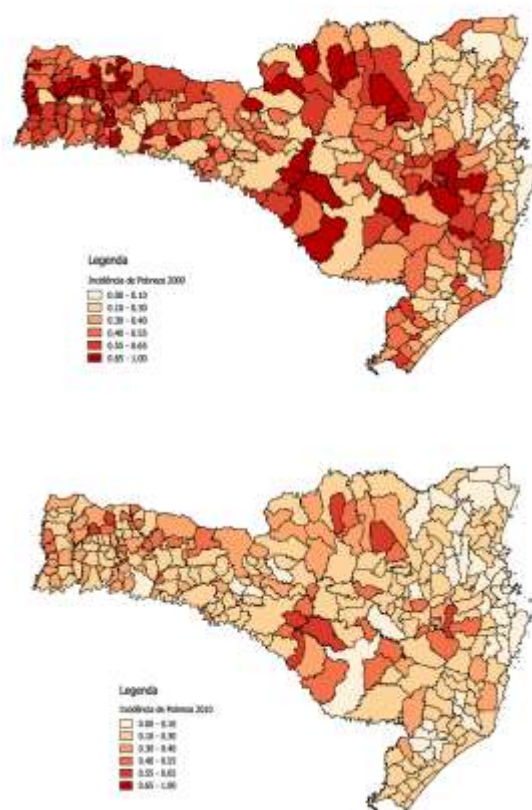
Em 1997, o RDH, tendo por base a AC, apresenta o Índice de Pobreza Humana (IPH) como uma forma de focar somente na pobreza, e não no desenvolvimento humano (PNUD, 1997). Anand e Sen (1997) destacam que, ao passo que o IDH se enquadra em uma perspectiva conglomerativa focando na qualidade de vida dos indivíduos em geral e que pode ser explorado junto com a perspectiva da privação, o IPH trata propriamente da dimensão da privação analisando aqueles que sofrem de fato privações.

Em 2010, o RDH divulga o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), derivado do trabalho de Alkire e Santos (2009). O IPM inclui as dimensões saúde, educação e padrões de vida que são refletidos em dez indicadores - nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, crianças matriculadas, combustível de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e ativos. Uma família é multidimensionalmente pobre se sofrer privações em dois até seis indicadores. O IPM é considerado como o substituto do IPH devido à ineficiência deste último em identificar grupos específicos, famílias ou indivíduos que sofrem privações em conjunto (PNUD, 2010).

Moraes, Marin e Vieira (2018) aplicaram o Método Alkire-Foster (2009) no estado catarinense

para os anos censitários de 2000 e 2010. Os resultados mostraram que a Incidência de Pobreza (H), que indica o número de pessoas multidimensionalmente pobres, para os anos de 2000 e 2010 (Figura 1), foi maior nas mesorregiões Oeste, Serrana e parte das mesorregiões Norte e do Vale do Itajaí. Os municípios com menores índices H estão no litoral catarinense - inclui as mesorregiões da Grande Florianópolis, do Sul e partes do Norte e do Vale do Itajaí. Para todo o estado, a incidência H passou de 26,66%, em 2000, para 15,07%, em 2010.

Figura 1. Incidência de Pobreza (H) em 2000 e 2010

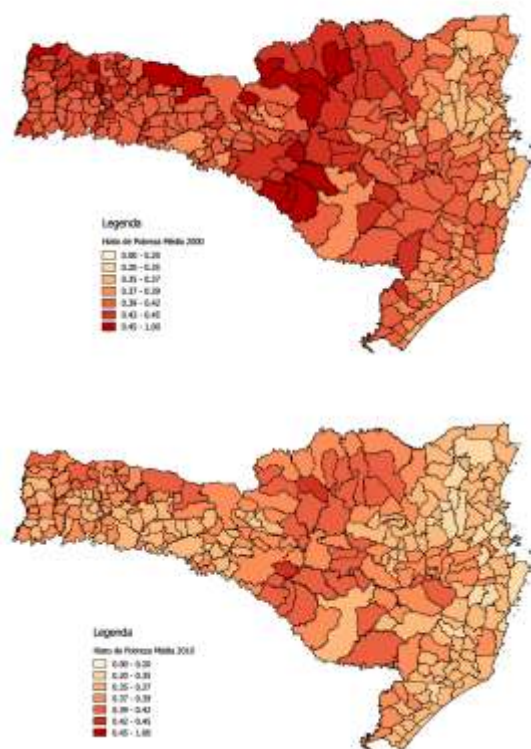


Fonte: Moraes, Marin e Vieira (2018).

O Hiato de Pobreza Média (A) em 2000 mostrou que os indivíduos considerados pobres no estado catarinense eram privados, em média, em 40,40% dos indicadores. Os municípios com maiores privações, conforme a Figura 2, foram: Cerro Negro, Calmon, Passos Maia, Timbó Grande e Matos Costa. Os municípios com menores índices A foram: Timbó, Guabiruba, Blumenau, Schroeder e Criciúma. Em comparação com o ano de 2010, o índice A passou de 40,40% para 37,34%. Os municípios mais vulneráveis em 2010 foram

Vargem, Timbó Grande, Cerro Negro, São José do Cerrito e Santa Cecília. Presidente Castello Branco, Ascurra, Balneário Arroio do Silva, Itajaí e Timbó foram os municípios com menores intensidades de pobreza em 2010.

Figura 2. Hiato de Pobreza Média (A) em 2000 e 2010



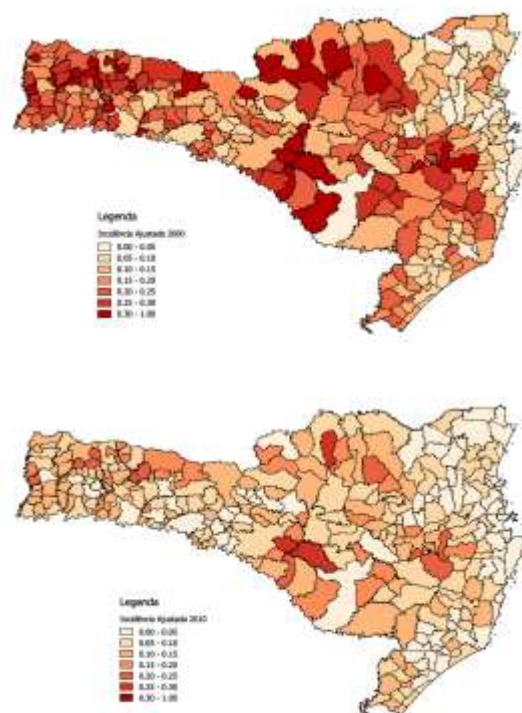
Fonte: Moraes, Marin e Vieira (2018).

A Incidência Ajustada (M_0) para o ano de 2000 mostrou que a intensidade de pobreza em Santa Catarina era de 10,77%. A M_0 revela a pobreza multidimensional ajustada a sua intensidade no sentido de que quanto mais indicadores os indivíduos pobres se revelam privados maior o indicador M_0 (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017). Para o ano de 2010, M_0 caiu de 10,77% para 5,63%. Como mostra a Figura 3, os municípios em situação mais crítica se encontravam nas mesorregiões Oeste e Serrana e em partes das mesorregiões Norte e do Vale do Itajaí.

Conforme Moraes, Marin e Vieira (2018), o estado catarinense apresentou um padrão de privação e de não privação expresso na distribuição regional da pobreza multidimensional. Os municípios que mostraram as maiores privações, nos dois anos analisados, permaneceram os mesmos: Bela Vista do Toldo na

mesorregião Norte, São José do Cerrito na mesorregião Serrana, e Santa Terezinha do Progresso na mesorregião Oeste.

Figura 3. Incidência Ajustada (M_0) em 2000 e 2010



Fonte: Moraes, Marin e Vieira (2018).

Os municípios que apresentaram as menores privações também foram os mesmos: Balneário Camboriú na mesorregião do Vale do Itajaí, Florianópolis na Grande Florianópolis e Criciúma na mesorregião Sul. Isso revela uma distribuição de privação por mesorregiões. Com isso, buscou-se, num primeiro momento, possíveis explicações em aspectos de formação histórica e econômica e de complexidade produtiva do estado catarinense.

Formação econômico-industrial de Santa Catarina

Cunha (1982, 1992) adota o recorte temporal e analítico de 1746 até 1990 para entender a formação da economia catarinense. Para Cunha (1982), de 1746 a 1945 é possível dividir a trajetória econômica do estado em quatro períodos: a economia de subsistência, de 1746 a 1850; agricultura diversificada e de desenvolvimento artesanal, de 1850 a 1880; primeira fase do desenvolvimento industrial, de 1880 a 1914; e desenvolvimento da pequena e média indústria, de

1914 a 1945. Em Cunha (1992), o recorte temporal de 1945 a 1990 segue três fases: diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo duráveis, de 1945 a 1963; retomada do desenvolvimento e grande impulso da industrialização, de 1963 a 1980; e declínio da atividade econômica e ajustamento à crise, de 1980 a 1990.

Goularti Filho (2016), semelhante à Cunha (1982, 1992), fez uma nova análise da formação econômica catarinense, mas com o seguinte recorte temporal: de 1880 a 1945, período conhecido como a origem e crescimento do capital industrial; de 1945 a 1962, diversificação a ampliação da base; de 1962 a 1990, integração e consolidação do capital industrial; e pós-1990, desarticulação política e reestruturação econômica. A seguir são apresentados Cunha (1982, 1992) e Goularti Filho (2016).

Período entre 1746 - 1945

A primeira fase, a economia de subsistência, começou com a ocupação dos imigrantes açorianos nas décadas de 40 e 50 do século XVIII na orla litorânea catarinense, que desempenhou papel de centro econômico e administrativo nesse período, e na região situada no Planalto de Lages. Antes da colonização açoriana, segundo Cunha (1982, p. 7), “a ocupação de Santa Catarina era precária e rarefeita, predispondo o então território catarinense a frequentes invasões estrangeiras”. Até então a população do território era composta por imigrantes vicentistas e portugueses dispersos em três núcleos: São Francisco, na mesorregião Norte, Desterro (hoje Florianópolis), na mesorregião da Grande Florianópolis, e Laguna, na mesorregião Sul. As atividades econômicas eram predominantemente agrícolas e se baseavam na exploração de mandioca, cana-de-açúcar e algodão.

Com interesses político-militar da Coroa, os imigrantes açorianos e madeirenses chegaram entre 1748 e 1756. A ocupação efetiva do Planalto ocorreu em 1771 por paulistas pela ligação entre ambos os territórios. Desde 1728, Laguna e o Sertão eram ligados pela rota do gado. Para Cunha (1982, p. 8-9), o tropeirismo não influenciou de maneira decisiva a economia barriga-verde, como aconteceu no Rio Grande do Sul e no Paraná, porém ajudou na integração do território

catarinense com as regiões que iam além da Serra Geral. O desenvolvimento de Lages em períodos posteriores decorreu de função no trânsito de gado. Sobre a Região Serrana, Cunha (1982, p. 9) afirma que

[...] embora [...] estivesse ligada subsidiariamente à economia mineira, era no litoral, com a sua economia predominantemente de subsistência, que se alicerçava a economia catarinense e se desenrolavam os principais eventos e atividades de natureza demográfico-administrativa e social do período.

A colonização de Santa Catarina ganhou outro impulso nas décadas de 20 e 40 do século XIX com portugueses, alemães, italianos, franceses e belgas. Entretanto, os resultados dessa investida foram calamitosos. Algumas das razões listadas por Cunha (1982, p. 10) foram “número limitado de imigrantes; isolamento relativo e má escolha dos sítios [...]; falta de assistência governamental [...]; inadaptabilidade às regiões inóspitas e às atividades de lavoura [...]; problemas para transacionar os excedentes [...]”.

A economia catarinense na primeira metade do século XIX sofreu influência do quadro negativo nacional que impactou mais profundamente a economia açoriana. A política colonialista da Metrópole promovia “restrições às atividades industrial e comercial; cerceamento à educação e à cultura, drenagem de recursos através da incidência de pesados tributos sobre as vendas internas e externas [...]” (CUNHA, 1982, p. 16). Além disso, do período que compreende da Independência até o ano de 1844, novas estratégias, baseadas em uma rígida política liberal, de desencorajamento das atividades industriais foram postas em prática.

A economia açoriana, com os mencionados fatores restritivos e com as primeiras formas de manipulação da terra, se mantinha por meio da geração de excedentes econômicos. A “estrutura agrária do Litoral, a precária qualidade das terras então ocupadas pelos açorianos, os recursos limitados, a inexperiência e a falta de motivação” (CUNHA, 1982, p.18) podem ser outros fatores que explicariam o isolamento de Santa Catarina do quadro econômico nacional. O artesanato, a pesca de baleia e a pesca em geral, a produção de aguardente e o cultivo de produtos de autoconsumo como a farinha de mandioca (o

produto dominante e o principal alvo de exportações), açúcar mascavo, café, feijão, arroz, melado foram as bases econômicas características da economia do período de subsistência,

A imigração para o território catarinense foi completada pelos escravos africanos. A participação do negro, escravo e liberto foi expressiva: esse contingente representava 22,8% da população em 1810 e 18% em 1842. Enquanto sua participação nas atividades econômicas mais importantes do estado era significativa, uma vez que eram considerados mão de obra básica para tal, pelo aspecto social eram marginalizados (CUNHA, 1982, p. 10). Além de restrições à atividade industrial derivadas de políticas colonialistas, Santa Catarina

[...] foi presa de outras modalidades de apropriação colonialista, através de requisição de alimentos dos agricultores e comerciantes e da subtração de mão-de-obra vital à lavoura para preencher [...] e formar a força militar aqui sediada. Neste caso, era comum o não pagamento adequado das tropas (CUNHA, 1982, p. 35).

A fase da agricultura diversificada e do desenvolvimento artesanal, de 1850 a 1880, começou com a imigração europeia que estimulou as atividades econômicas e acabou com a letargia que dominava essa parte do Brasil. A afluência populacional foi mais bem sucedida da que ocorreu no primeiro período: a população aumentou 85% entre 1850 a 1872. Os imigrantes concentraram-se às margens dos rios Itajaí e Cachoeira e deram origem a Blumenau em 1850, que atualmente se localiza na mesorregião do Vale do Itajaí, e Joinville em 1851, na mesorregião Norte, dois centros importantes na dinâmica administrativa, comercial e econômica do período (CUNHA, 1982).

Com o fortalecimento dessa etapa da colonização, os resultados obtidos superaram os da economia de subsistência açoriana. O sistema de colonização contou com adequada administração e com a adoção de infraestruturas tais como estradas, pontes e edifícios públicos e outros recursos bem alocados. A base da organização econômica destinava-se ao mercado interno com predomínio de pequenas propriedades. As famílias dispensaram esforços nas culturas de milho, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, tubérculos, café e ainda com a criação de gado

leiteiro, suínos e aves que deu forma a alguns dos principais produtos de exportação desse período, a banha, a manteiga e o queijo. Os motivos como o engajamento familiar, os níveis de cultura, os diferentes solos, associações lavoura-pecuniária e o contato com a Europa foram outros fatores determinantes para o êxito desses imigrantes (CUNHA, 1982, p. 40-44).

A atividade industrial implantada nas três primeiras décadas de colonização foi condicionada pelo “volume da produção e a sua dispersão geográfica, assim como o tamanho e as condições de mercado e a carência de recursos financeiros e empresariais” (CUNHA, 1982, p. 50). Ainda que houvesse “reserva de mercado pelas barreiras do transporte e, mais tarde, como decorrência do aumento das tarifas aduaneiras”, esses fatores proporcionaram “condições de expansão às atividades de beneficiamento e processamento industrial” mesmo com dificuldade da evolução à condição de empresa fabril (CUNHA, 1982, p. 50). As “fábricas” que nasceram nesse período produziam bens básicos do consumo diário ou aqueles que eram mais fáceis de transportar e/ou apoiavam-se em matérias-primas oferecidas pela natureza. A transição desse período (1850-1880) para o seguinte (1880-1914) tem como essência a incorporação de atividades mais avançadas que imprimiram um estágio de industrialização baseado, ainda, em pequenas unidades fabris e no artesanato. Alguns exemplos foram as pequenas fundições em Joinville e unidades têxteis em Blumenau e, novamente, em Joinville (CUNHA, 1982, p. 52-55).

As exportações nessa fase ganharam nova dinâmica e tiveram papel preponderante no desempenho do comércio da Província. Conforme as novas áreas de colonização ganhavam importância no cenário político e econômico, as exportações de farinha de mandioca cederam espaço para madeira e erva-mate. Na Colônia Dona Francisca, a madeira ocupava o primeiro lugar dos itens de exportação, seguido de charutos, manteiga, ferramentas, carros e roupas feitas; em Blumenau, madeira serrada, laticínios, produtos animais e de lavoura eram os itens mais comuns no comércio exportador. Um exemplo da ascensão das terras dos colonos europeus é que o percentual de participação das zonas do vale do Itajaí e do Nordeste de Santa Catarina saltou para 50% entre o início e o final do período analisado. Os empreendimentos bem-sucedidos no setor têxtil

foram primeiramente realizados pelos alemães, dando origem ao que se tem hoje (CUNHA, 1982, p. 59-65, 77). Passados 30 anos da colonização alemã, houve significativos melhoramentos em infraestrutura de transporte no território catarinense. As cidades de Joinville, São Bento e Blumenau foram beneficiadas com importantes vias para o escoamento da produção estadual. Como constatou Cunha (1982, p. 73), “a industrialização em Santa Catarina ocorreu com escassez de infraestrutura, de tal maneira que a atividade econômica em geral e industrial em particular, precedeu a oferta de serviços de base”.

Para Cunha (1982), o comerciante foi primordial para o entendimento da dinâmica econômica do estado. Os produtores, devido às características do sistema de colonização, não conseguiam fazer grandes poupanças e empregá-las no sistema de produção. Cabia ao comerciante, principalmente nos anos finais desse período, a função de apropriador de poupanças “quando a dependência e vinculação às administrações das Colônias diminuíram com o adensamento demográfico e autonomia econômica de Blumenau e Joinville” (CUNHA, 1982, p. 74). Porém, mesmo com a importância do comerciante, seu comportamento adotou ações um tanto discutíveis como a “manipulação dos preços a seu favor e de apropriação de poupanças/excedentes mais do que proporcionais aos seus serviços” (CUNHA, 1982, p. 75).

A primeira fase do desenvolvimento industrial, de 1880 até 1914, começou com um crescimento populacional reduzido entre 1890 e 1900 e teve um leve aumento entre 1900 e 1920. Imigrantes italianos, russos e poloneses que convergiram para a região promoveram uma revitalização na economia. Os italianos dirigiram-se para o Sul do estado; os russos e poloneses para Porto União, Mafra, Canoinhas, Caçador, para o Alto Vale do Itajaí, Rodeio, Itaiópolis e Ibirama. De acordo com Kohlhepp (1968 apud Cunha, 1982), a industrialização de Santa Catarina não teria sido a mesma sem estes imigrantes; os primeiros colonos não possuíam experiência fabril em atividades tão diversificadas.

Em 1907, a indústria catarinense ocupava a 11ª posição em um ranking de indústrias nacionais - 1,9% do valor da produção nacional. Em Blumenau, houve “aumento das unidades de processamento de produtos agrícolas, no próprio

meio rural, que continuou como resultado da expansão demográfica autônoma e ocupação de novas áreas para o cultivo” (CUNHA, 1982, p. 82). Em Joinville se estabeleceu empreendimentos como têxteis, fundição de metais e processamento de erva-mate que contribuía com 26,6% do valor da produção e empregava 16% do pessoal ocupado. A madeira teve um aumento discreto nesse período; pelo fato da maioria da população se localizar no litoral, a exploração de madeira nas áreas de planalto era escassa, dado o pequeno contingente populacional que lá habitava, a inacessibilidade viária e aos processos de litígio com o Paraná (CUNHA, 1982).

Entre 1890 a 1914, o número de estabelecimentos industriais aumentou. Em relação à dimensão, as indústrias de mate e têxteis eram as maiores - 37 e 26 operários, respectivamente. A indústria do fumo contava com 31 empregados. A divisão espacial industrial favorecia os municípios de Blumenau e Joinville que detinham uma diversificada indústria pelos anos de 1907 - suínos e leite, ramo têxtil e tabaco em Blumenau; processamento de mate, ramo têxtil, produtos químicos e farmacêuticos e metalurgia em Joinville. Brusque (mesorregião do Vale do Itajaí), Blumenau e Joinville, juntos, correspondiam a 57,3% do valor de produção. Além disso, São Bento, Vista Alegre e Rio Seco, municípios do Nordeste do estado, também possuíam indústrias, apesar de menos expressivas. Entretanto, é notável a concentração setorial nestas áreas. No sul do estado, as atividades ligadas ao processamento de produtos suínos era o carro-chefe regional, assim como os derivados de suínos tinham relevância na exportação e venda regionais (CUNHA, 1982, p. 90-95).

Cunha (1982) conclui que nesse período ocorreram transformações qualitativas relevantes nas atividades econômicas que foram mais bem sentidas no período entre 1914-1945. Na lista dessas transformações destaca-se a introdução da energia elétrica em Blumenau (1909), Joinville (1909) e em Brusque (1913) que favoreceu o aumento da produtividade industrial. O primeiro estabelecimento do estado barriga-verde de fornecimento de crédito, a Caixa Econômica de Blumenau, em 1907, contribuiu para transferir a responsabilidade de agente bancário dos comerciantes para tal instituição. A implantação de um sistema formal de crédito se deu a maior

concentração, as mudanças qualitativas das atividades econômicas e ao aumento do preço do valor dos excedentes. Esse período foi marcado “pela transição entre os estágios de predominância das indústrias artesanais para as fabris de pequeno porte” (CUNHA, 1982, p. 114-115) e essa mudança foi resultado de fatores como

- a constituição de núcleos urbanos em alguns pontos do Estado, notadamente os situados nas zonas onde a colonização europeia já se encontrava consolidada; em decorrência do que, aumentou o grau de divisão do trabalho entre o meio urbano e rural, tornando mais complexas as inter-relações econômicas;
- a geração de maior volume de excedentes, que proporcionou a apropriação de parte dos mesmos por grupos de agentes – comerciantes, agricultores bem sucedidos – que puderam assim transferi-los para a cobertura de investimentos em atividades industriais de pequeno porte;
- o aprimoramento do sistema de transporte, que facilitou a comercialização dos excedentes, pelo maior acesso aos portos de embarque (CUNHA, 1982, p. 115).

Segundo Dall’Alba (1983 apud GOULARTI FILHO, 2016), que iniciou seu recorte histórico a partir de 1880 com a origem e o crescimento do capital industrial, a ocupação do território de Santa Catarina pelos imigrantes italianos, primeiramente, e, em seguida, poloneses e alemães, começou no Sul do estado. Eles chegavam a Florianópolis (Desterro) e seguiam até Laguna e Tubarão onde formaram os primeiros núcleos coloniais, geralmente próximos de rios. Alguns elementos unificadores da formação econômica catarinense foram: “1) imigração e atividades carboníferas no sul; 2) fundação da Colônia Militar de Chapecó e da exploração da madeira; e 3) o aumento do fluxo de imigrantes para o norte e Vale do Itajaí” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 64).

Na etapa do desenvolvimento da pequena e média indústria, de 1914 – 1945, discutida por Cunha (1982), a imigração perdeu espaço no objetivo de expansão populacional, apesar do afluxo de alemães na década de 1920 e das pequenas incursões de russos. O ingresso de alemães no território catarinense ganhou importância devido à chegada de técnicos e empreendedores que traziam mudanças qualitativas na economia. Na região oeste do estado, houve um grande afluxo de rio-grandenses de origem italiana e germânica.

Mamigonian (1965 apud GOULARTI FILHO, 2016) analisa a construção da indústria de Blumenau a partir da divisão de três zonas industriais. A primeira, zona de colonização alemã que engloba Joinville e Blumenau. A segunda é localizada no Sul do estado, região de colonização italiana e predomínio da exploração de carvão. A última é a zona do Oeste do território de imigração alemã e italiana vinda do Rio Grande do Sul. Goularti Filho (2016) ressalta que esse movimento migratório, do Rio Grande do Sul até o Oeste de Santa Catarina, que inclui, também, o sudoeste do Paraná, foi como uma frente pioneira na procura de novas terras em decorrência da modernização conservadora da agricultura no Brasil. O saldo dessa migração foi positivo, haja vista que a afluência populacional ocorreu no sentido rural – rural e foi beneficiada pela “a) relativa proximidade entre os pontos de origem e destino; b) da semelhança das terras; c) da experiência agrícola dos colonos” (CUNHA, 1982, p. 123).

Mamigonian (1965 apud GOULARTI FILHO, 2016) conclui que o tipo de colonização foi imprescindível para o processo mercantil que culminou na criação de uma pequena indústria e na ampliação da divisão do trabalho. Goularti Filho (2016), assim como Cunha (1982, 1992), sublinha que parte do excedente gerado por essa emergente atividade permaneceu na região e foi dividido entre os pequenos comerciantes e industriais, o que facilitou, nas décadas seguintes, o financiamento da atividade industrial, uma situação um tanto diferente de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro que recebiam um considerável afluxo de capital para atividades produtivas, enquanto o estado catarinense não gozava da mesma sorte.

Na indústria de transformação, as principais atividades envolviam produtos como a madeira e ramos como o têxtil e o de alimentos, destinados para os mercados interno e externo ao estado. Na indústria têxtil, tecidos de malha e rendas, fitas e outros artigos correspondiam por quase 30% do valor da produção estadual e por mais de 50% da mão-de-obra empregada. A qualidade dos tecidos era excelente, o que contribuiu para alçar esse setor a nível nacional. Em 1937, a distribuição do emprego se confluía para as cidades de Blumenau com 34,5% da produção total do estado, Brusque com 32,7% da produção e Joinville com 25%. Outras cidades respondiam a 7,5% da produção (CUNHA, 1982).

A produção de madeira ganhou fôlego com a I Guerra Mundial, com a consequente redução das importações europeias e com a apropriação de terras no Oeste e no Vale do Peixe, que estavam em litígio com o estado paranaense. De acordo com Cunha (1982, p. 149), um dos atributos dessa indústria “era a pequena dimensão média, facilitando o acesso à atividade e tornando-a bastante dispersa no espaço territorial catarinense”. A extração de carvão, desenvolvida pelos descendentes de italianos, ganhou impulso no âmbito da guerra devido à falta de abastecimento de insumo estratégico para o transporte ferroviário. Uma das características dessa indústria era o baixo grau de mecanização que gerou uma intensa oferta de mão-de-obra e um aumento significativo da produção. O cerne da produção se localizava em Criciúma, o que ajudou a economia do Sul do estado e influenciou a migração para essa região. Vale destacar a brusca mudança dos produtos de exportação desse período para os anteriores. A banha e erva-mate eram dos principais itens de exportação dos dois períodos anteriores, a madeira, nesse terceiro estágio, substituiu o mate a partir de 1930. No ramo têxtil, o aumento das exportações foi em saltos, principalmente entre 1914 a 1918. (CUNHA, 1982).

A agricultura passou por duas transformações: 1. a tendência de expansão nas regiões ocupadas recentemente, a expansão de fronteiras e o menor crescimento nas regiões de colonização açorianas e teuto-brasileira; e 2. proeminência do milho e da cultura do trigo. As regiões que mais se beneficiaram da agropecuária integrada – milho e rebanho de suínos – foram as regiões situadas no Oeste e no Vale do Peixe. As regiões do Vale do Itajaí e o Sul do estado perderam espaço nas atividades agropecuárias (CUNHA, 1982). Entre 1880 e 1945, a forma predominante de crescimento estava na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais. O capital foi distribuído entre os industriais e comerciantes da época e se transformou em capital industrial que foi determinante para a fase de consolidação da indústria catarinense a partir de 1945 (GOULARTI FILHO, 2016).

Indústria catarinense entre 1945 e 1990

Na primeira etapa, a diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo

duráveis compreendida entre 1945 e 1963, a migração exterior perdeu força enquanto houve relativa estabilização do grau de urbanização, consequência afluência da população rural do Rio Grande do Sul para o Oeste rural catarinense. Para Cunha (1992), o fator demográfico foi importante para o desenvolvimento e a estruturação da economia do estado. Isso se deu em virtude da divisão em dois de Santa Catarina - Litoral de um lado, compreendendo o litoral de São Francisco, a Bacia do Itajaí, Florianópolis e o litoral de Laguna, e o Planalto de outro, incorporando os Campos de Lages, o Oeste e a região do Rio do Peixe e até certa medida o Planalto de Canoinhas. A primeira região gozava de altos índices de urbanização, adequada infraestrutura, desenvolvimento das cidades pautado na industrialização ao passo que a segunda apresentava altos índices de ruralização, baixa contingente populacional, pequeno número de centros urbanos e desenvolvimento da agropecuária e da extração de recursos florestais (CUNHA, 1992, p. 29-32).

Alguns entraves nesse período foram responsáveis pelo baixo crescimento da indústria. A falta de energia elétrica fez com que os investidores que quisessem instalar indústria no estado tivessem que considerar uma rede de fornecimento própria; a limitação da rede ferroviária que atingiu as zonas do Planalto, Oeste e Rio do Peixe; e as restrições de crédito; os bancos favoreciam investimentos de curto-prazo. As atividades econômicas predominantes no estado eram do setor primário. O desempenho da indústria, de acordo com Cunha (1992), era considerado satisfatório, apesar da fase de menor crescimento entre 1949 e 1954, que foi ultrapassado pela expansão dos anos de 1955 a 1959. Os carros-chefes do segundo setor eram madeira, têxtil e alimentos (focado no abate de animais e na moagem de cereais) e, posteriormente, as indústrias de metalomecânica, minerais não metálicos e de papel e papelão ganharam considerável expressividade no valor de produção do setor. Em geral, algumas considerações podem ser feitas:

[...] a primeira delas é quanto ao estágio ainda incipiente da indústria estadual, típica de regiões menos desenvolvidas, em face da sustentação em matérias-primas e na extração de recursos naturais; a segunda, [...] relaciona-se aos padrões

organizacionais e tecnológicos menos avançados e as escalas produtivas menores (que era compensado pela intensa oferta de emprego) [...]; e a terceira, como resultante da segunda, a flexibilidade de opções quanto ao tamanho do empreendimento e o menor volume de recursos exigidos (ressalvando os investimentos na indústria têxtil) e ao atendimento à demanda de mercados locais (CUNHA, 1992, p. 46-47).

Cunha (1992) destaca a continuidade da representatividade industrial das regiões da Bacia do Itajaí e do Litoral de São Francisco, regiões pioneiras na atividade industrial do estado, que contribuíram com 46% a 50% da produção e do emprego industrial total de Santa Catarina. No Sul, o impulso da extração de carvão, fez com que 20% do emprego e da receita desse setor fossem de lá gerados. A diferença entre essas duas regiões, a de colonização alemã e o Sul, era que na primeira “havia predominância das indústrias de transformação, sobretudo os gêneros de têxteis, metalmecânica e de produtos alimentares” e na segunda, “o estágio produtivo era menos evoluído e fundamentado na extração de carvão” (CUNHA, 1992, p. 71).

Nas regiões do Rio do Peixe e Campos de Lages, atividade industrial somava 13% e 4,4%, respectivamente; ambas foram beneficiadas pela exploração das reservas de madeira e, em Campos de Lages, a instalação de modernas indústrias de papel e celulose ditaram o ritmo de crescimento industrial. Blumenau, predominantemente indústria têxtil, e Joinville, com parque produtivo diversificado, revezavam como o primeiro e principal polo industrial barriga-verde (CUNHA, 1992, p. 71-73).

A base agropecuária, apesar dos avanços do segundo setor, ainda tinha uma posição estratégica na economia. A cultura do milho predominava nos campos e correspondia a $\frac{1}{4}$ de toda a produção. Outras culturas importantes eram a da lavoura de trigo, que decaiu em 1965, e deu lugar a mandioca; arroz, fumo, batata inglesa fecham a lista. Cunha (1992, p. 83) conclui que

Santa Catarina obteve êxito na industrialização, explorando vantagens comparativas em ramos de indústrias tradicionais, apesar do menor ritmo de expansão desses mercados, aproveitando a disponibilidade de recursos naturais (madeira e carvão), a experiência e conhecimentos acumulados e a inquestionável capacidade empreendedora

(indústria têxtil) e a geração de excedentes agrícolas (caso das agroindústrias).

O estado não seguiu as diretrizes nacionais referentes à industrialização; “as circunstâncias históricas, geográficas e econômicas foram adversas, desde a dotação de infraestrutura até as condições naturais e de concentração de mercado e capitais, entre outras” (CUNHA, 1992, p. 83-84). Nesse período, há uma ampliação e diversificação da base produtiva do estado; surgiu novos setores como o de papel e papelão, pasta mecânica, cerâmica, metalomecânica e materiais elétricos e industriais para o setor de transporte. No que se refere à ampliação tem-se que: “a) os setores carbonífero, madeireiro e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; b) e a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial” (GOULARTI FILHO, 2016, 123-124).

Conforme Cunha (1992), na retomada do desenvolvimento e grande impulso da industrialização, entre 1963 e 1980, o fator demográfico determinante foi o crescimento da taxa de urbanização que, em 1975, era de 50%. O crescimento rural foi negativo no período entre 1970 e 1980, de -1,2% a.a. e o urbano positivo, de 5,6% a.a. O desenvolvimento estadual sofreu alguns percalços relacionados à infraestrutura em geral e, principalmente, na malha ferroviária, que só encontrou fôlego a partir da década de 70. Ainda nessa mesma década, as telecomunicações passaram por melhoras qualitativas e quantitativas em virtude dos avanços tecnológicos que permitiram “a ligação das diversas ‘ilhas’ em que estava subdividida a economia catarinense e a integração dos diferentes segmentos do espaço estadual” (CUNHA, 1992, p. 98).

Para Cunha (1992), o setor industrial desde 1967 mostrou elevadas taxas de expansão e o setor primário irregularidades e, muitas vezes, tendências negativas, que foram corroboradas pelas variações climáticas e no mercado internacional, e flutuações no preço. A alavancagem do setor industrial, baseada em excelentes avanços qualitativos e resultando no aumento das escalas de produção e poder competitivo, fez com que a participação do setor dobrasse sua presença na economia catarinense. É possível observar uma nova estrutura industrial de Santa Catarina nesse período: produtos da indústria tradicional – madeira, têxtil e produtos

alimentares – perderam espaço no perfil produtivo do estado, se restringindo a 36% do total de participação. Vestuário, artefatos de tecido e calçados, que tiveram uma participação ínfima em 1970, de 1,2%, saltaram para 12,4% em 1980. Outras categorias que usufruíram do aumento da eficiência da indústria do estado foram material de transportes, mobiliário, matérias plásticas, química, mecânica, minerais não metálicos (CUNHA, 1992).

Cunha (1992) destaca a distribuição territorial dos investimentos no estado. As microrregiões Colonial de Joinville e de Blumenau³ lideraram como sugadoras de investimentos: Joinville e Blumenau se alternavam na liderança; Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul ocupavam, respectivamente, as posições posteriores. Não somente em relação à distribuição de investimento que as microrregiões onde se localizam Joinville e Blumenau lideravam, mas também em relação à distribuição espacial da indústria. Na microrregião dos Campos de Lages, região outrora abundante em reservas florestais, a partir desse período, sentiu fortes quedas decorrentes da exploração desenfreada de madeira florestal. Nas microrregiões do Planalto das Canoinhas e da Colonial do Oeste Catarinense, o produto industrial foi reforçado, dado o bom desempenho da agroindústria, ao mesmo tempo em que a microrregião Colonial do Rio do Peixe perdeu espaço em decorrência da decadência da exploração florestal. Vale ressaltar que a “indústria madeireira é itinerante: uma vez esgotadas as reservas locais, o proprietário segue para novas áreas detentoras de bons estoques de matas nativas” (CUNHA, 1992, p. 133).

A indústria catarinense pode ser localizada da seguinte forma: primeiro, o eixo metal-mecânico em Joinville e Jaraguá do Sul; segundo, o eixo têxtil-vestuário, com Blumenau, Brusque e Gaspar; terceiro, o eixo florestal, no Planalto Catarinense e em Lages como centro; quarto, o eixo mineral-mecânico, no Sul do estado e Criciúma como

centro; e, quinto, o eixo alimentar, na região do Rio do Peixe e no Oeste (CUNHA, 1992, p. 141).

A base agropecuária reduziu sua participação na composição do PIB: em 1960, a participação era de 43,9% e em 1980 reduziu para 15,9%. Porém, ainda era o fator determinante no desenvolvimento das microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Colonial Oeste Catarinense. Segundo Cunha (1992, p. 161), a difícil situação que passava esse setor “está ligada ao esgotamento da fronteira agrícola e as limitações da estrutura agrária, no contexto do atual estágio tecnológico do setor em Santa Catarina”. A cultura do milho continuou a exercer papel preponderante no setor: sua participação girou em torno de 30%. A mandioca reduziu presença para 8,6% em 1980, razão por ser um produto de subsistência. Já o trigo, com participação de 0,6% no mesmo ano, reduziu presença na agroindústria por “razões de ordem técnica, genética e da política de comercialização” (CUNHA, 1992, p. 163).

A atividade pecuária obteve bom desempenho a partir da suinocultura e da avicultura. O avanço qualitativo da suinocultura esteve atrelado ao aperfeiçoamento genético baseado no patrimônio genético importado dos EUA. No caso da avicultura, houve diferentes fatores - existência de base empresarial, derivada da indústria de suínos, importação de tecnologia de ponta e investimentos industriais - que se juntaram para fazer com que essa categoria produtiva fosse a mais importante no período analisado (CUNHA, 1992, p. 161-167). Para concluir esse período, Cunha (1992, p. 173) afirma que

Dentre os fatores que explicam o maior dinamismo da indústria catarinense salientavam-se a experiência industrial, a qualidade da mão-de-obra e, sem dúvida, a inquestionável capacidade empresarial [...]. A liderança em determinados segmentos produtivos também fortaleceu a capacidade de competição pelo fato de as empresas líderes poderem manter-se na vanguarda tecnológica, entre outras razões.

³ Baseado nos dados do IBGE para os censos industriais de 1960, 1975 e 1980, a microrregião Colonial de Joinville incorporava os seguintes municípios: Araquari, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e Schroeder. Atualmente, esses municípios se localizam na mesorregião Norte do estado, exceto Barra Velha, que é da mesorregião do Vale do Itajaí. Já a microrregião Colonial de

Blumenau indexava os seguintes municípios: Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Massaranduba, Pomerode, Presidente Nereu, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Vidal Ramos, Apiúna e Doutor Pedrinho. Atualmente, são municípios da mesorregião do Vale do Itajaí (CUNHA, 1992).

Goularti Filho (2016, p. 170) acrescenta que o padrão de crescimento de Santa Catarina alterou-se devido ao novo sistema de crédito, investimentos em energia e em transporte e com o fortalecimento de médias e grandes empresas.

Ludka e Fraga (2015) analisam a fome e a pobreza na região palco da Guerra do Contestado (1912 - 1916), região esta que foi ocupada pelos descendentes dos sobreviventes do conflito. Os autores delimitaram como sendo a região do Contestado duas microrregiões, a do Planalto Norte Catarinense, na mesorregião Norte, e a do Alto Vale do Rio do Peixe, na mesorregião Oeste. A primeira é composta pelos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. A segunda por Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira.

Para Ludka e Fraga (2015), a concentração de renda e a ineficiência de políticas públicas na região do Contestado são algumas das principais barreiras que impedem o desenvolvimento regional. É uma terra de pequenas propriedades rurais concentrada quase que exclusivamente na produção do fumo, de aves e suínos, e na exploração da madeira com o plantio de pinus e de eucalipto. A madeira, apesar de ser destaque da produção industrial da região, estimula a concentração das terras, além de causar possíveis deteriorações ambientais. A maior parte dos empregos na região do Contestado é nas indústrias madeireiras que exigem mão de obra qualificada. Pessoas que não possuem tal qualificação são excluídas da dinâmica de prosperidade da região e afligidas pela pobreza e fome.

Esses dois problemas, pobreza e fome, só são aliviados na região pelos programas federais de transferência de renda – Bolsa Família – que, de acordo com Ludka e Fraga (2015), são única fonte de renda das famílias. Os autores destacam que há uma discrepância em algumas cidades da região do Contestado quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o IPH. Algumas cidades como, por exemplo, Canoinhas, Mafra, Porto União, Caçador e Videira, apresentam IDHM alto e um índice de pobreza também elevado. Uma explicação para tal dissonância é a “alta renda per capita de algumas empresas instaladas nos municípios, sendo que as

mesmas elevam a renda per capita, porém, excluem e marginalizam a população” (LUDKA; FRAGA, 2015, p. 4296).

Segundo Santos (2008, p. 73 apud LUDKA; FRAGA, 2015, p. 4300) “a pobreza é produzida politicamente pelas empresas e instituições globais”, o que é o caso desse extrato do território catarinense. Ludka e Fraga (2015, p. 4301) concluem que

A região do Contestado é pobre, com muitas terras improdutivas e campos isolados sendo engolidos por reflorestamento de pinos e álamo, com isso desaparecem as araucárias, e persiste o monocultivo do tabaco, indústrias frigoríficas e multinacionais dominando, como se o avançar do capital estrangeiro nunca tivesse cessado.

Na etapa denominada de declínio da atividade econômica e ajustamento à crise, de 1980 a 1990, a taxa de crescimento populacional se manteve baixa e o êxodo rural perdurou. De acordo com Cunha (1992), as projeções feitas para 1990 mostraram um índice de urbanização de 71% do total do estado, e, em consequência, de 29% dos habitantes na zona rural. Cunha (1992, p.180) ainda destaca que o processo de intensificação do uso de aparato tecnológico tendeu a estimular a migração no sentido campo-cidade, porém, o alarmante foi “a velocidade do processo de mudanças [...]” havendo “o risco do inchaço das cidades e de aumento da população marginal, criando as áreas periféricas, com ocupação indisciplinada”.

Nos anos de 1980 a 1990, a economia catarinense, apesar de não padecer de falta de infraestrutura adequada, sofreu queda em investimentos, o que preocuparam empresários e autoridades. Os segmentos de produtos alimentares, têxtil-vestuário e madeireiro foram os que mais reduziram os investimentos em capital e de modernização da capacidade produtiva. Quanto à estrutura do setor industrial, constatou-se a perda de presença dos produtos tradicionais, queda da expressividade da microrregião Colonial de Blumenau e, em consequência, da cidade polo Blumenau, progresso dos polos industriais de Joinville e Jaraguá do Sul, e 2/3 da composição da taxa de crescimento setorial foi dada em conjunto com as indústrias de mecânica, de material elétrico, de comunicações e de metalúrgica (CUNHA, 1992, p. 192-193, 211).

Na agropecuária do período, a mandioca perdeu espaço como produto relevante para a economia do setor; o alho e o feijão tiveram boas taxas de expansão. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense atendeu 51,4% da produção de milho do estado e a Colonial do Rio do Peixe atendeu com 21,8%; 68,6% da produção de soja e 63% da de trigo se concentram no Oeste, no Rio do Peixe os percentuais foram de 9,5% e 10,9%, respectivamente. O Oeste obteve bons resultados na produção de feijão, 41,4% da oferta total do estado. Outras lavouras importantes do período foram fumo e arroz. Ambas eram bem distribuídas no território barriga-verde, mesmo que o arroz fosse uma cultura mais bem aproveitada no litoral e nas suas bacias como o Vale do Itajaí, o Sul e a microrregião Colonial de Joinville. A pecuária chegou próximo aos 50% do valor de produção do primeiro setor, com a avicultura, suinocultura e bovinocultura como as principais categorias, respectivamente (CUNHA, 1992, p. 215-219).

Para finalizar esse período, destaca-se o crescimento compassado da economia em geral e do setor industrial, mesmo que Santa Catarina tenha ultrapassado a média brasileira. O fato de a indústria de transformação, que, nos períodos anteriores, era, e ainda é, o principal setor do processo de crescimento e de acumulação de capital, ter entrado em período de desaceleração ecoou negativamente para o cômputo das variáveis econômicas e sociais. Para Cunha (1992, p. 223), “a desaceleração do ritmo de expansão industrial foi mais pernicioso em razão do fraco desempenho e até de taxas negativas de crescimento de gêneros significativos, que possuem alto potencial de criação de empregos” como o setor madeireiro, de confecções e têxtil. O autor ainda considera a tendência de criação de dois estados em Santa Catarina: um moderno e industrializado e outro com uma economia deprimida que, paulatinamente, se distancia dos padrões produtivo e moderno observados no primeiro. Outro fator de destaque é a consolidação das grandes empresas e grupos industriais que promovem um rejuvenescimento do perfil empresarial catarinense (CUNHA, 1992, p. 225).

Complexidade econômica, estrutura produtiva e Santa Catarina

Ainda não existe uma definição precisa de complexidade na economia⁴. Mas, as diferentes abordagens da complexidade dentro da economia compartilham o entendimento de que o objeto de estudo da complexidade são os sistemas complexos compostos por muitas partes diferentes que interagem entre si e, ao fazê-lo, influenciam o seu próprio ambiente individual, presente e futuro. O comportamento combinado no nível do sistema surge das interações das partes que, por sua vez, também são influenciadas pelo estado geral do sistema (BRUNO; FAGGINI; PIARZIALI, 2016, p. 31).

By a complex system I mean one made up of a large number of parts that interact in a nonsimple way. In such systems, the whole is more than the sum of the parts, not in an ultimate, metaphysical sense, but in important pragmatic sense that, given the properties of the parts and the laws of their interaction, it is not a trivial matter to infer the properties of the whole (SIMON, 1962, p. 468).

Para Bruno, Faggini e Parziali (2016), os métodos aplicados em estudos de complexidade diferem daqueles utilizados pela ciência tradicional e incluem a modelagem baseada em agentes, autômatos celulares, teoria de catástrofes, sistemas complexos adaptativos, mineração de dados, teoria de sistemas dinâmicos (também conhecida como teoria do caos), geometria fractal, algoritmos genéticos, redes neurais (também conhecidas como inteligência artificial distribuída), direito, redes livres de escala, criticamente auto-organizadas e sinérgicas. A economia da complexidade parte da proposição de que o sistema econômico não está necessariamente em equilíbrio: os agentes econômicos mudam constantemente as suas ações e estratégias em resposta ao resultado que criam, o que leva a ajustes sucessivos. Os agentes vivem em um mundo onde as suas crenças e estratégias estão sendo constantemente “testadas” para a sobrevivência dentro de um resultado ou “ecologia”, que foram criados pelas suas próprias

⁴ Entre muitas outras possíveis definições do termo “complexidade” no contexto da economia, ver, por exemplo: Vicsek (2002), Farmer (2012) e Rosser (1999).

crenças e estratégias (ARTHUR, 2013 apud BRUNO; FAGGINI; PARZIALI, 2016: 6).

Para Arthur (2010), nos últimos vinte anos essa maneira de se fazer economia foi desenvolvida sob uma ampla variedade de nomes: economia de complexidade, modelagem computacional baseada em agentes ou ainda economia de Santa Fé, possuindo cada uma delas um estilo próprio. Depois de dois séculos estudando os equilíbrios, os economistas estão começando a investigar a economia fora do equilíbrio⁵. Quando fora de equilíbrio, a economia se revela não determinista, não previsível e não mecânica; mas antes dependente do processo, orgânica e evolutiva. A abordagem tradicional compreende o comportamento na economia como em um estado estável de equilíbrio, isto é, os agentes enfrentam problemas bem definidos e usam o raciocínio dedutivo para basear as suas ações.

Nos anos 2000, César Hidalgo do Massachusetts Institute of Technology (MIT) que desenvolve suas pesquisas no MIT Media Lab, e Ricardo Hausmann da Harvard University que comanda um grupo de pesquisadores da Harvard Kennedy School (GARCEZ, 2017; HIDALGO et al, 2011), por meio da ciência de redes e da econofísica, iniciaram a extração de informações sobre a estrutura produtiva e, principalmente, a pauta exportadora de economias para traçar paralelos entre o processo de desenvolvimento e a transformação estrutural. Hidalgo e Hausman (2009) seguem a trilha de Adam Smith em “A Riqueza Das Nações”, publicada pela primeira vez em 1776. Nessa obra, é deixado claro que o segredo da riqueza das nações é a divisão do trabalho; a partir dela, tanto os trabalhadores quanto as firmas conseguem alcançar um nível de especialização em diferentes atividades de tal forma que a eficiência econômica se amplia. A divisão do trabalho, porém, tem um fator limitante: o limite do mercado. Quanto maior é o mercado, maiores são as chances dos seus participantes, firmas e trabalhadores, de alcançarem a especialização e, em consequência, a divisão do trabalho de maneira mais acentuada (DALLAVERDE; MAIA, 2017; HIDALGO; HAUSMANN, 2009; HIDALGO et al, 2013). Para Hidalgo e Hausmann (2009, p. 10570),

isso “suggests that wealth and development are related to the complexity that emerges from the interactions between the increasing number of individual activities that conform an economy”.

Hidalgo e Hausmann (2009) destacam que uma possível resposta para as diferenças no PIB per capita dos países, que aumentou consideravelmente nas duas últimas décadas, dado que, nos dias de hoje, os países estão cada vez mais conectados em uma rede global de inputs e outputs, é que nem todas as atividades oriundas da divisão do trabalho podem ser exportadas ou importadas como, por exemplo, direitos de propriedade, infraestrutura, regulação e habilidades específicas para desempenhar certos trabalhos. A produtividade de um país está atrelada, em grande parte, à sua diversidade de capabilities ou inputs disponíveis que são, em essência, não comercializáveis. A diferença de PIB per capita entre os países se dá em direção da complexidade econômica, que é a forma de medir a diversidade de capabilities presentes no país e suas interações. Hidalgo e Hausmann (2009) não objetivam com essa interpretação auferir conclusões definitivas sobre o processo no qual os países adquirem essas capabilities ou quais características da economia que podem afetá-las.

O caminho que Hidalgo e Hausmann (2009, 2013) seguem tem relação direta com a produção e a acumulação de conhecimento, fenômeno não universal. Hidalgo et al (2013), por meio da elaboração do Atlas of Economic Complexity, acentuam que a maioria dos produtos produzidos hoje em dia requer mais conhecimento do que uma pessoa pode reter por si mesma. Ou seja, “In order to put knowledge into productive use, societies need to reassemble these distributed bits through teams, organizations and markets” (HIDALGO et al, 2013, p. 7). Parece uma reinterpretação moderna da ideia de Smith sobre a relação entre a riqueza das nações e a divisão do trabalho: “the division of labor is what allows us to access a quantity of knowledge that none of us would be able to hold individually” (HIDALGO et al, 2013, p. 15).

Uma das principais questões é que a maioria desse conhecimento não está facilmente disponível para qualquer país usar em seu proveito, uma vez

⁵ Sen (2004) afirma que as dificuldades metodológicas da economia do equilíbrio não estão na ideia por ela mesma, mas reside na forma simples e estreita de como é interpretada e no uso extensivo que frequentemente é feito do conceito. Há

considerável espaço para discussão baseada na análise discriminatória dos usos e abusos da ideia de equilíbrio em economia.

que “it is embedded in brains and human networks. It is tacit and hard to transmit and acquire. It comes from years of experience more than from years of schooling” (HIDALGO et al, 2013, p. 7). O conhecimento tácito a que Hidalgo et al (2013) se referem se diferencia do conhecimento codificado, aquele que pode ser facilmente transferido por meio de textos, manuais, vídeos, conversas e etc. De difícil transferência, o conhecimento tácito é o que impede o processo de crescimento e desenvolvimento dos países. Para Hidalgo et al (2013, p. 17), as “differences in prosperity are related to the amount of tacit knowledge that societies hold”. A transformação do conhecimento em algo produtivo é cheio de obstáculos e, muitas vezes, requer mudanças estruturais, ou seja, desenvolver uma nova indústria exige mudanças nas interações dentro de uma organização ou sociedade.

A complexidade de uma economia está relacionada com a quantidade de conhecimento tácito - *knowledge embedded* - que é usado dentro dela e é expressa pela estrutura produtiva. Para uma sociedade complexa se sustentar, vários agentes com diferentes conhecimentos e especializações devem combiná-los para criar novos produtos. Se algum item falta nesse conjunto de capabilities tal produto não poderá ser feito. Por exemplo, a construção de um avião requer uma multiplicidade de conhecimento incorporado às pessoas e organizações, uma rede de suporte e de interações superior à produção da cana de açúcar e do álcool.

Complex economies are those that can weave vast quantities of relevant knowledge together, across large networks of people, to generate a diverse mix of knowledge-intensive products. Simpler economies, in contrast, have a narrow base of productive knowledge and produce fewer and simpler products, which require smaller webs of interaction [...] Increased economic complexity is necessary for a society to be able to hold and use a larger amount of productive knowledge, and we can measure it from the mix of products that countries are able to make (HIDALGO et al, 2013, p. 18).

O desenvolvimento econômico a partir da abordagem da complexidade econômica está relacionado à concepção de mudança estrutural condicionada tanto à elevação da complexidade da economia quanto à criação de novos produtos mais

complexos e produtivos, o que está ligado, por sua vez, a um maior conteúdo tecnológico. A complexidade econômica pode ser considerada uma medida para averiguar o nível de prosperidade de uma economia. A relação entre renda e complexidade, conforme Hidalgo et al (2013, p. 27), pode ser assim expressa:

Countries whose economic complexity is greater than what we would expect, given their level of income, tend to grow faster than those that are “too rich” for their current level of economic complexity. In this sense, economic complexity is not just a symptom or an expression of prosperity: it is a drive.

Segundo Hausmann e Hidalgo (2009) e Hidalgo et al (2013), a complexidade econômica tem como objetivo capturar as capacidades dos países e regiões incorporadas no processo produtivo, analisando as relações entre países e produtos bem como a relação intrínseca entre os conhecimentos que um país tem (seja tácito ou codificado) e que podem ser expressos na capacidade de produzir os produtos.

Hausmann e Hidalgo (2009) e Hidalgo et al (2013) desenvolvem uma medida diferente das comumente usadas em comércio exterior. O conceito de complexidade é baseado em duas variáveis: a diversificação da economia e a ubiquidade do produto. A diversificação da economia é definida como uma característica do país e é composta pelo número de produtos que exporta de acordo com as vantagens comparativas. O conceito de ubiquidade está conectado a um produto, não país; mensura quantos países exportam um dado produto de acordo com as vantagens comparativas; a ubiquidade é uma medida do número de países que fabricam certo produto. Produtos que possuem um menor grau de ubiquidade requererão menos capabilities e produtos com um alto teor de ubiquidade requererão uma grande variedade de capabilities (HAUSMANN; HIDALGO, 2009; HIDALGO et al, 2013).

Aliado à diversidade e ubiquidade está o chamado espaço-produto que relaciona o processo de complexidade econômica com o processo logístico e permite observar a evolução da especialização das estruturas produtivas em cada país conforme um ferramental embasado na evolução das vantagens comparativas de cada

unidade. A vantagem comparativa dos países tende a evoluir para produtos semelhantes àqueles já produzidos e para produtos que requerem capabilities semelhantes. Esses dois tipos de produtos são os que apresentam maior probabilidade de serem exportados (HAUSMANN; HIDALGO, 2009; HIDALGO et al, 2013; DALLAVERDE; MAIA, 2017).

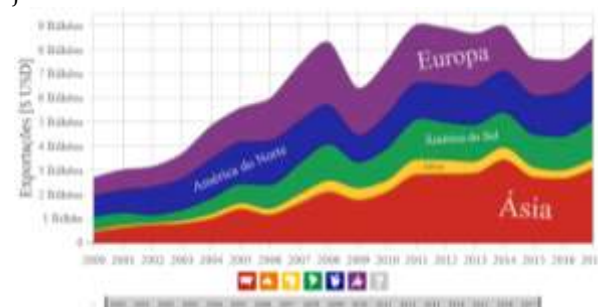
Hausmann e Hidalgo (2009) e Hidalgo et al (2013) elaboraram dois indicadores para a complexidade: Índice de Complexidade de Produto (Product Complexity Index - PCI) e o Índice de Complexidade Econômica (Economic Complexity Index - ECI). Quanto maior a facilidade de fabricar um produto, menor é sua complexidade e menor será o PCI. Exemplos de produtos com PCI baixo são os bens de origem vegetal e animal, gêneros alimentícios, têxteis e calçados. Produtos com alto grau de PCI são aqueles que requerem uma gama grande de conhecimentos como é o caso de produtos químicos e maquinário. Por outro lado, o ECI avalia a complexidade econômica local ou de um país por meio da complexidade dos itens exportados. De acordo com o Observatório de Complexidade Econômica, projeto elaborado pelo MIT Media Lab, em 2017, Japão, Suíça e Alemanha eram os três países com mais alto grau de complexidade. O Brasil localizava-se na 37ª posição. O cálculo é realizado com dados de comércio exterior e considera a abrangência geográfica, o detalhamento a nível de produto e ferramentas para discutir o grau de especialização da estrutura produtiva das economias (GARCEZ, 2017; DALLAVERDE; MAIA, 2017; MIT MEDIA LAB, 2017).

As mesorregiões catarinenses via complexidade econômica

Em 2017, como mostra o Gráfico 1, Santa Catarina exportou para Ásia \$3,06 bilhões USD destinando-se, principalmente, para países como China, Japão e Rússia. Na América do Sul, Santa Catarina exportou um total de \$1,59 bilhão USD, sendo os principais países Argentina, Paraguai e Chile. Para a América do Norte, as exportações foram de \$2,08 bilhões USD; Estados Unidos \$1,41 bilhão USD, México \$400 milhões USD e Canadá \$69,4 milhões USD. Para a Europa, o volume total de exportações foi de \$1,36 bilhão USD, sendo a

Holanda o principal destino seguido do Reino Unido e Alemanha.

Gráfico 1. Exportações de Santa Catarina entre janeiro de 2000 a dezembro de 2017.



Fonte: INDI (2019).

O continente africano é o segundo menos representativo com um volume total de exportações de \$383 milhões USD. África do Sul, Egito e Angola são os três principais destinos de exportações. O continente menos expressivo das exportações de Santa Catarina foi a Oceania que, em 2017, representou um total de \$32,5 milhões USD. Os principais destinos foram Austrália, Nova Zelândia e Guadalupe.

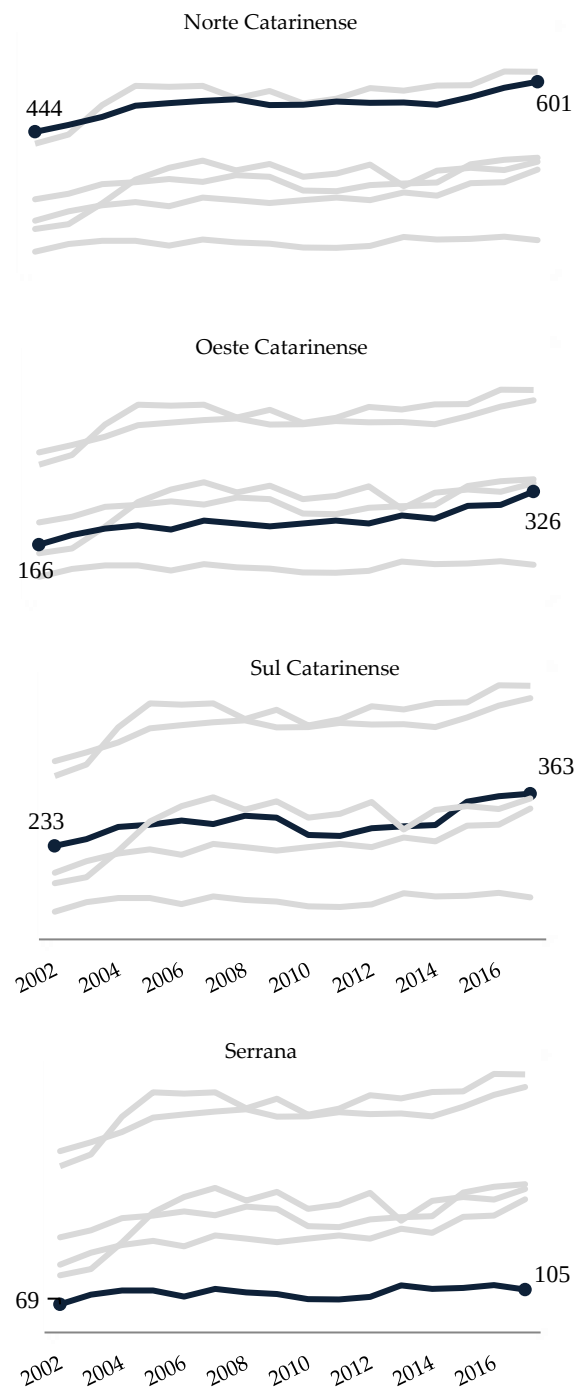
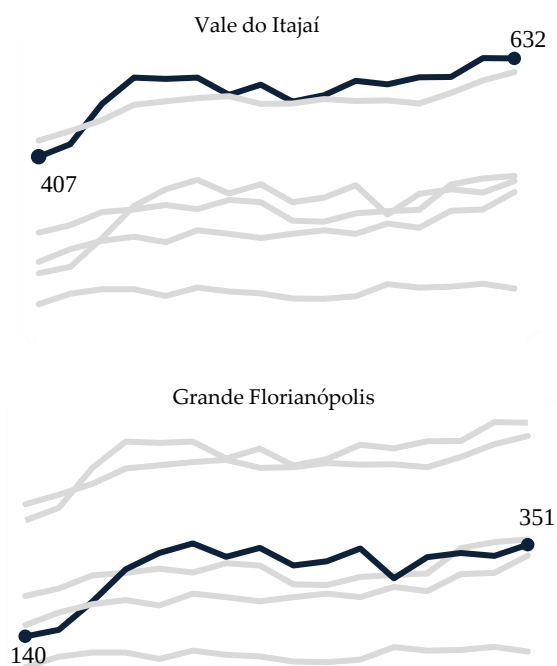
Em 2000, as exportações para a Ásia totalizaram \$431 milhões USD. Japão, Arábia Saudita e Hong Kong figuravam como os primeiros países da relação Santa Catarina-Ásia. Na América do Sul um total de \$557 milhões USD e novamente com Argentina, Chile e Paraguai. Para América do Norte, \$871 milhões USD foi o total de exportações: Estados Unidos correspondeu a \$687 milhões USD, Canadá \$45,5 milhões USD e México \$37,3 milhões USD. Com destino a Europa, \$751 milhões USD ao todo, destinos: Alemanha, Reino Unido e Holanda. Para África, \$75,6 milhões USD ao todo. Com destino a Oceania, \$26,9 milhões USD no total e os destinos: Austrália, Nova Zelândia e Guadalupe.

Em 2010, o continente asiático ainda era o principal destino das exportações catarinenses com \$3,06 bilhões USD, mas Japão era o principal país com \$479 milhões USD em exportação. China representava \$271 milhões USD e Rússia \$220 milhões USD. Para a América do Sul, Argentina, Paraguai e Chile eram os países principais de destino da produção catarinense. Na América do Norte, o total de exportação foi de \$1,41 bilhão USD. Para os Estados Unidos, esse volume correspondeu a \$906 milhões USD, para o México \$287 milhões USD e para o Canadá \$62,1 milhões USD. Na Europa, \$2,2 bilhões USD foi o volume

total. Na África, \$460 milhões USD corresponderam ao total de exportações. África do Sul, Egito e Angola ainda eram os principais destinos comerciais de Santa Catarina. Para Oceania, \$67 milhões USD foi o total exportado para Austrália, Nova Zelândia e Guadalupe.

Segundo os dados da INDI (2019), Santa Catarina possuía uma diversidade de produto de 683 no ano de 2002, aumentou para 783 em 2010 e para 833 em 2017. Nas mesorregiões do estado, como mostra o gráfico 2, Vale do Itajaí e Norte Catarinense são as mais bem colocadas nesse quesito. Em 2002, Vale do Itajaí apresentou diversidade em 407 produtos, em 2010 esse número saltou para 533 e em 2017 para 632. O Norte Catarinense possuía 444 produtos diversificados em 2002, 529 e 601 em 2010 e 2017, respectivamente. O Sul Catarinense e a Grande Florianópolis apresentaram, em 2002, uma diversidade de produto de 233 e 140, respectivamente; em 2010, passou para 260 e 303; e em 2017 para 363 e 351. O Oeste Catarinense e a mesorregião Serrana foram as regiões que menos possuíram produtos diversificados nos três anos mencionados. No Oeste Catarinense, a diversidade de produto foi de 166 em 2002 para 230 em 2010 e para 326 em 2017. Na Serrana, 69 em 2002, 82 em 2010 e 105 em 2017.

Gráfico 2. Diversidade de produtos nas mesorregiões catarinenses



Fonte: INDI (2019).

No que tange às exportações realizadas pelas mesorregiões, o Vale do Itajaí exportou um volume total de \$1,3 bilhão USD em 2002, \$4,14 bilhões USD em 2010 e \$5,07 bilhões USD em 2017. O Norte Catarinense exportou \$1,36 bilhão USD em 2002, \$3,24 bilhões USD em 2010 e \$3,61 bilhões USD em 2017. No Sul Catarinense, as exportações em 2002 alcançaram os \$210 milhões USD; em 2010, \$499 milhões USD; e em 2017, \$690 milhões USD. Na

Grande Florianópolis, as exportações foram bem menos expressivas se comparada às três mesorregiões anteriores: \$71,7 milhões USD em 2002, \$148 milhões USD em 2010 e \$170 milhões USD em 2017. O Oeste Catarinense, que na diversidade de produto está levemente atrás da Grande Florianópolis, ultrapassou em volume de exportações a mesorregião da capital catarinense: em 2002, foram \$529 milhões USD; em 2010, \$933 milhões USD; e, em 2017, \$1,02 bilhão USD. Na mesorregião Serrana, as exportações passaram de \$186 milhões USD em 2002 para \$309 milhões USD em 2010 e para \$485 milhões USD em 2017. Nesses três anos, o total de exportações da mesorregião Serrana foi maior do que na Grande Florianópolis (INDI, 2019).

Em 2017, os produtos mais exportados por Santa Catarina foram produtos de origem animal e máquinas. O estado ainda exportou produtos de madeira, gêneros alimentícios, produtos de origem vegetal; outros produtos como metais, artigos de pedra e outros materiais, artigos de papel, artigos têxteis, produtos químicos produtos minerais, plásticos e borrachas também estão na pauta exportadora, mas de uma maneira menos representativa do que os anteriores. Para o início e final da década de 2000, a configuração do que era produzido e exportado era praticamente a mesma, a mudança foi em direção ao volume das exportações, como foi possível observar pelo gráfico 1. No que se refere à complexidade desses bens, a maioria apresenta tendência a possuir um PCI baixo. A exceção são alguns minérios, produtos químicos, instrumentos e maquinário (INDI, 2019; GARCEZ, 2017).

No Vale do Itajaí, os produtos mais exportados foram aqueles de origem animal; em 2017, as exportações passaram de \$3 bilhões USD. Gêneros alimentícios também possuem expressividade nessa mesorregião; \$794 milhões USD exportados no ano de 2017. Máquinas, artigos têxteis, plásticos e borracha, produtos de madeira e de origem vegetal são outros bens produzidos e exportados no Vale do Itajaí. No Norte Catarinense, máquinas são os produtos que ganharam dianteira nas exportações, \$1,39 bilhão USD em 2017; produtos de origem vegetal vêm logo em seguida com \$908 milhões USD. Produtos de madeira, metais e transportes não passaram dos \$300 milhões USD. No Sul Catarinense, produtos de origem animal e vegetal e artigos de pedra e outros materiais foram os principais bens exportados: \$216 milhões USD,

\$163 milhões USD e \$91,9 milhões USD, respectivamente. Os produtos de origem vegetal começaram a ganhar maior importância na estrutura produtiva do Sul Catarinense a partir de 2011. Em 2009, por exemplo, \$4,34 milhões USD foi o valor total das exportações desses produtos (INDI, 2019).

Na Grande Florianópolis, produtos de origem animal e artigos de pedra e outros materiais são os principais produtos exportados; \$31,9 milhões USD e \$51,3 milhões USD, respectivamente. Produtos como plásticos e borracha, instrumentos, calçados, chapéus e semelhantes e artigos têxteis participaram da pauta exportadora da Grande Florianópolis quase que igualmente, não se distanciaram muito dos \$10 milhões USD. No Oeste Catarinense, os produtos de origem animal também foram os principais produtos destinados à exportação: \$366 milhões USD em 2017. Em seguida, os produtos derivados de madeira com \$160 milhões USD e mais adiante produtos químicos com \$91,4 milhões USD, gêneros alimentícios com \$88,1 milhões USD e peles e couros de animais com \$77,2 milhões USD. Na mesorregião Serrana, artigos de papel e produtos de madeira foram, de longe, os mais exportados, \$209 milhões USD e \$147 milhões USD em 2017. Além desses, essa região também tem certa importância nos gêneros alimentícios, \$60 milhões USD para o mesmo ano (INDI, 2019).

Conforme os dados da INDI (2019), a complexidade econômica do Vale do Itajaí foi de -9,0398 em 2017; em 2010 de -14,09 e em 2002, -19,05. No Norte Catarinense, -1,212 em 2017, -0,391 em 2010 e -0,314 em 2002. No Sul Catarinense, -2,353 em 2017, 1,0809 em 2010 e -1,17 em 2002. Na mesorregião da Grande Florianópolis, -1,073 em 2017, 0,189 em 2010 e 0,123 em 2002. No Oeste Catarinense, -1,738 em 2017, -1,832 em 2010 e -0,513 em 2002. Por fim, na mesorregião Serrana, -1,738 em 2017, -0,325 em 2010 e -306 em 2002. Para o estado em geral, esse índice ficou em -21,48 no ano de 2017, o que faz com que Santa Catarina se localize na 26ª posição entre todos os estados do Brasil. São Paulo, por exemplo, que foi o 1º colocado, apresentou um índice de 110,88 para o mesmo ano. Em 2010, o estado catarinense figurava na 28ª posição com uma complexidade de -22,15 e, em 2002, na 27ª posição devido -23,66 de complexidade.

Conclusão

É possível conjecturar que o fato de a incidência de pobreza multidimensional ter sido maior nas mesorregiões Norte (em parte), Serrana e Oeste e menor nas mesorregiões da Grande Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Sul e parte da Norte tenha relação à forma como se deu o processo de construção das atividades produtivas em cada região. A colonização se mostrou fator essencial para como se construiu, posteriormente, as bases econômicas do estado. A economia açoriana, fundada na agricultura de subsistência e no cultivo de culturas como a farinha de mandioca, açúcar mascavo, café, feijão e arroz, além do conhecido artesanato e da pesca da baleia, encontrou certa prosperidade no período entre 1746 até a primeira metade do século XIX. A partir disso, com a colonização europeia, a economia catarinense começou a dar expressivos saltos. O contato com a Europa, a chegada de imigrantes experientes industrialmente que se destinaram, especialmente, a cidades localizadas nas mesorregiões Norte, do Vale do Itajaí e Sul, além de fatores como, por exemplo, a rota comercial que passava em Joinville, Blumenau e São Bento no final do século XIX, disposição geográfica e certo engajamento inovativo, condicionaram o leste catarinense a fixar raízes em atividades industriais tais como aquelas dos ramos têxtil, metalmeccânico e da extração de carvão.

A onda de rio-grandenses de origem italiana e germânica que se destinaram para o Oeste barrigaverde à procura de terras contribuiu com a inserção da região nas atividades agropecuárias. A partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do XX, essas atividades participavam significativamente no valor total da produção do estado, porém, conforme o século XX foi transcorrendo, essas atividades foram perdendo espaço para outras com maior valor agregado. Questões como infraestrutura (de transporte, elétrica) e fornecimento de crédito também se mostraram como alguns dos grandes entraves ao crescimento econômico do estado.

Foi também possível observar via abordagem da complexidade econômica e a partir dos dados da INDI (2019) que o crescimento do estado catarinense é carregado com as exportações de produtos de origem animal e de maquinaria. Grande parte da exportação do estado destina-se

aos mercados asiáticos, sobretudo a China. As mesorregiões de Santa Catarina que mais exportaram produtos de origem animal foram a do Vale do Itajaí, Sul, Norte e Oeste Catarinenses. A exportação de maquinários ficou a cargo do Norte Catarinense. Nas mesorregiões Serrana e da Grande Florianópolis, as exportações foram as menos expressivas do estado em volume de transações; na Serrana o volume foi maior do que na Grande Florianópolis. Essa situação, porém, se inverteu na diversificação econômica que no estado se concentrou, principalmente, no Vale do Itajaí e no Norte Catarinense e se afastou das regiões do Oeste e da mesorregião Serrana, sendo que esta última apresentou uma economia voltada, principalmente, para a produção de artigos de papel e de produtos derivados da madeira. Grande Florianópolis e Sul Catarinense se encontraram em posições intermediárias nesse quesito.

Esses dados realçam de uma maneira mais clara alguns dos embates e contrastes que as diferentes mesorregiões do estado sofrem. Parece haver uma relação entre a estrutura produtiva da economia catarinense e os resultados de pobreza multidimensional. Entretanto, como a abordagem da complexidade econômica trabalha primordialmente com questões voltadas ao comércio exterior, outras atividades econômicas, como, por exemplo, o turismo, acabam sendo preteridas. A mesorregião da Grande Florianópolis é um exemplo. Essa região apresentou mais bem resultados em termos de pobreza multidimensional do que a mesorregião Serrana, todavia é menos expressiva no volume total de exportações. Outro caso é a mesorregião do Norte Catarinense que figurou entre as melhores na análise via complexidade econômica, mas que teve alguns dos piores municípios no quesito pobreza multidimensional como é a situação de Bela Vista do Toldo.

Essas constatações evidenciam uma importante questão que deve ser melhor investigada: as heterogeneidades das regiões. Santa Catarina possui diferenças dentro do seu território que são difíceis de serem captadas quando se olha muito de cima, isto é, quanto mais agregadas estão as análises. Não quer dizer que só porque Balneário Camboriú, Florianópolis e Criciúma são algumas das cidades que apresentaram os menores percentuais de pobreza multidimensional que seus habitantes não sofrem privações. O inverso

também é válido: não é porque Bela Vista do Toldo, São José do Cerrito e Santa Terezinha do Progresso são algumas das cidades que se mostraram mais vulneráveis dentro do estado, com altos percentuais no IPM, que todos estão afundados na total miséria.

Questões como as colocadas por Ludka e Fraga (2015) de que IDHM alto não significa pobreza baixa, ou ainda, que industrialização não significa ausência de privação, como evidenciaram os resultados da análise de complexidade econômica, devem ser consideradas e colocadas em constante apuração e reflexão.

Referências

- AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR DE MINAS GERAIS (INDI). Data Viva. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/about/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J.; HILL, R.; PANDYA-LORCH, R. (ed.). The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions. Washington: International Food Policy Research Institute, p. 77-90, 2009.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Poverty and inequality measurement. In: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. (ed.). An introduction to the human development and capability approach: freedom and agency. Londres: Earthscan, p. 121-161, 2009.
- ANAND, S.; SEN, A. Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective. New York: UNDP, 1997.
- ARTHUR, W. B. Complexity, the Santa Fe approach, and non-equilibrium economy. History of Economic Ideas, v. 18, n. 2, p. 149-166, 2010a.
- BRUNO, B.; FAGGINI, M.; PARZIALI, A. Complexity modelling in Economics: the state of art. Economic Thought, v. 5, n. 2, p. 29-43, 2016.
- CUNHA, I. J. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- CUNHA, I. J. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DALLAVERDE, T.; MAIA, B. O Que o Brasil Exporta Importa: uma análise sobre complexidade econômica e comércio exterior entre 1998 e 2014. In: X ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2017, Brasília. Anais..., Brasília: X Encontro da AKB, v. 1, 2017.
- FARMER, J. D. Economics needs to treat the economy as a complex system. Institute for New Economics Thinking - Conference 'Rethinking Economics and Politics', v. 14, p. 1-15, 2012.
- GARCEZ, Lucas Cidade. Economia Catarinense: um estudo sobre sua trajetória e complexidade econômica. 2017. 116 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.
- HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. A. The network structure of economic output. Journal of Economic Growth, v. 16, n. 4, p. 309-342, 2011.
- HAUSMANN, R.; HIDALGO, C.; BUSTOS, S.; COSCIA, M.; CHUNG, S.; JIMENEZ, J.; SIMOES, A.; YILDIRIM, M. The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity. MIT Press, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Rio de Janeiro, v. 1, 1990.
- LUDKA, V.; FRAGA, N. Fome e Pobreza na Região do Contestado Catarinense: conflitos do desenvolvimento no sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., Presidente Prudente, São Paulo, 2015. Anais... Presidente Prudente: ENANPEGE, p. 4291-4302, 2015.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020. Auxílio Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 20 nov. 21. 2019.
- MIT MEDIA LAB (Estados Unidos) (org.). The Observatory of Economic Complexity. Disponível em:

<https://atlas.media.mit.edu/en//>. Acesso em: 23 abr. 2019.

- MORAES, M. M.; MARIN, S. R.; VIEIRA, C. A. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. *Revista Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 30, p. 1-17, 2018.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Concept and Measurement of Human Development*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human development report 1997: human development to eradicate poverty*. New York: Oxford University Press, 1997.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações – Vias para o Desenvolvimento Humano*. New York: Oxford University Press, 2010.
- ROSSER, J. B. On the complexities of Complex Economic Dynamics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 13, n. 4, p. 169-192, 1999.
- SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019. *Bolsa Família*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. Economic Methodology: heterogeneity and relevance. *Social Research*, v. 71, n. 3, p. 583-614, 2004.
- SIMON, H. The Architecture of Complexity. *Proceedings to the American Philosophical Society*, v. 106, n. 6, p. 467-482, 1962.
- VICSEK, T. Complexity: The bigger picture. *Nature*, v. 418, n. 6894, 2002.
- VIEIRA, C.; KUHN, D.; MARIN, S. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação Para a Medição de Pobreza Multidimensional no Rio Grande Do Sul (2000-2010). *Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP – Ipea)*, n. 48, jan./jun. 2017.

Submetido em: 22/11/2021

Aceito em: 18/01/2022